

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 21 de setembro de 2001

Ano 3 Nº 72

Dia do Bombeiro é lembrado em sessão solene

Bombeiros militares e voluntários lotaram as galerias do Plenário nessa segunda-feira (17), às 18 horas, na sessão solene que homenageou o Dia do Bombeiro. Autoridades do Executivo, da Aeronáutica, do Exército, da Marinha e da Polícia Militar prestigiaram a cerimônia idealizada

Autor do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que trata do desmembramento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, Assis reiterou que a medida, já adotada em 17 estados da União, dará maior autonomia para projetos de ampliação e interiorização dos serviços, destacando também a contratação de mulheres. Já

o serviço cubra um número maior de municípios. O coronel Lázare classificou de gratificante a homenagem da Assembleia, um marco histórico, pois os bombeiros enfrentam situações críticas e estressantes com coragem e profissionalismo.

Enfatizando que a parceria com os municípios é um modelo sem precedentes no país, Onofre afirmou que a corporação, formada por 1.840 homens em 38 municípios, é uma reserva de ética que prima pela segurança pública através de



(fotos: Solon Soares)

Comandante da PM coronel Walmor Backes, deputado Ivan Ranzolin, presidente Onofre Agostini, comandante do Corpo de Bombeiros coronel Milton Lázare e deputado Francisco de Assis

pelos deputados Onofre Agostini (PFL), presidente da Casa, Ivan Ranzolin (PPB) e Francisco de Assis (PT). Além dos três parlamentares, os deputados Romildo Titon (PMDB) e Jaime Mantelli (PDT) usaram da tribuna para enaltecer a bravura e a coragem empreendidas pelos bombeiros na preservação da vida. O comandante do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, coronel PM Milton Lázare, recebeu de Agostini placa comemorativa aos 75 anos de atividades da corporação, que apresentou um vídeo mostrando o treinamento e projetos com crianças, de prevenção contra incêndio e uso de *jet-ski* para salvamento aquático, entre outros.

comunidade, arriscando a vida em tragédias como incêndios e enchentes. Ele afirmou que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros possuem grande ligação e que, através de um grande debate, a Assembleia saberá decidir se a separação é salutar para o Estado. Titon demonstrou apoio ao projeto de autoria de Assis e salientou que a tarefa de salvar vidas e garantir o patrimônio faz com que os familiares dos bombeiros nunca saibam se eles voltarão para casa.

Ao desejar sucesso na carreira para todos os bombeiros catarinenses, Mantelli frisou que a autonomia administrativa da corporação é uma tendência no Brasil, cabendo aos parlamentares decidir como isto ocorrerá, qual o orçamento e como contribuir para que

programas como os bombeiros mirins, atingindo crianças de 10 a 14 anos, treinamento de surfistas para salvamento em praias, redução de incêndios e outras atividades de prevenção de acidentes direcionadas à população.

Parlamentares aprovam criação de CPIs para investigar roubo de cargas e cartel do leite

Página 4

OPINIÃO

Separação dos bombeiros: uma necessidade natural



A proposta de separação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, apresentada por nós na Assembléia Legislativa, não prima pelo pioneirismo, já que vários estados adotaram essa medida. Com o mesmo argumento podemos dizer que ela não é fruto de um grupo particular de pessoas ou de interesses. Ela é uma necessidade natural que se repete e se repetirá até sua compreensão e conseqüente execução.

Inserida dentro da estrutura da Polícia Militar, as autoridades e a própria sociedade não tem observado a importância do Corpo de Bombeiros, tão necessária para propiciar o alcance de um desenvolvimento sustentável, à proteção ambiental, à redução dos acidentes e, conseqüentemente, à melhoria da qualidade de vida da população.

Legalmente, a própria inserção do Corpo de Bombeiros num organismo de segurança pública é discutível, já que essa atividade diz respeito às infrações penais, com típicas ações policiais preventivas em relação a tais ilícitos. O principal objetivo operacional do CB é coordenar e executar ações de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, busca e salvamento e estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio ou qualquer tipo de catástrofe.

Mais quais são as vantagens que a sociedade terá com a autonomia do Corpo de Bombeiros? Com a estrutura separada da organização policial,

o Corpo de Bombeiros terá maior autonomia, podendo responder mais rapidamente às necessidades da comunidade. Fazendo parte da estrutura policial, a ampliação dos serviços de bombeiros está subordinada aos interesses e limitações da Corporação, que nem sempre se aplicam aos assuntos de bombeiros. Com autonomia administrativa, poderá implementar projetos de ampliação e interiorização dos serviços, privilegiando a sociedade sob a ótica específica do Corpo de Bombeiros.

E como fica a Polícia Militar com a separação? Vale afirmar que as Polícias Militares em nada foram prejudicadas com os desmembramentos. Não perderam importância nem prestígio. Continuam fortes e de certa forma mais leves, já que ficaram libertas de uma atividade não caracterizada como policial e de alto custo.

Além disso, como não será criada nenhuma estrutura nova, também não haverá custos adicionais. Ninguém será prejudicado. A redução de custo também se dá na formação de bombeiros, pois hoje, os critérios para a admissão do bombeiro e policial são os mesmos, e durante sua formação utiliza 95% do tempo estudando assuntos policiais, precisando, depois de admitido, fazer novo curso específico para a profissão.

Por fim, é bom lembrar que nossa proposta em nada altera a estrutura e as normas dos bombeiros voluntários e comunitários. Eles continuam como estão, podendo ainda participar do Sistema Estadual de Bombeiros ou de Defesa Civil, recebendo apoio técnico preconizado na Constituição Estadual.

Deputado Francisco de Assis (PT)

Na defesa de um maior apoio ao produtor rural



O aumento dos bolsões de miséria nas grandes cidades, segundo pesquisadores, vem se tornando um grande problema em nosso País. Relatórios já divulgados pela mídia indicam que a maioria desse povo que provoca o inchamento nos grandes centros, é oriunda do meio rural. Vítimas do êxodo, na demonstração de clara conseqüência da falta de uma política definida para o setor agrícola. Na tentativa de minimizar esse complexo problema, não temos poupado esforços no sentido de provocar ações para fixar o homem no campo e, com isso, também fazer

com que seus filhos ali permaneçam, dando continuidade ao seu exaustivo trabalho.

Citamos por exemplo a apresentação de nosso Projeto de Lei requerendo a liberação do corte da bracatinga, uma vez que o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) discrimina Santa Catarina na utilização de suas florestas, mas o manejo do produto é autorizado nos vizinhos estados do PR e RS. Não entendemos o porquê de nosso Estado e seus produtores rurais ficarem reféns de uma legislação que a discrimina, pois é notório que a bracatinga tem sua vida útil para 10 anos e seu manejo racional, irá agregar valor à propriedade e auxiliará para que o êxodo diminua sensivelmente. O manejo da bracatinga, principalmente no Alto Vale do

Itajaí e no Planalto Norte, é tão antigo quanto a prática da agricultura nessas mesmas regiões e essa floresta caracteriza-se por ser uma espécie de rápido crescimento, ocorrendo em áreas abertas com abundância de sol e seu uso está associado à pequena propriedade fornecendo varas, lenhas, palanques e carvão vegetal.

Temos incentivado o agricultor à diversificação de suas atividades e, para tanto, levamos mais de 30 produtores rurais a conhecer a piscicultura do Paraná, ponto de referência nacional e que tem gerado resultados fantásticos no aumento de renda familiar daqueles que trabalham de sol a sol e pouco recebem pelo seu exaustivo trabalho. Além disso, também lembramos o apoio que manifestamos aos bananicultores e apicultores catarinenses cientes de que, se o governo federal não os incentiva, na condição de parlamentar do estado de Santa Catarina, não poderíamos em hipótese alguma fechar nossos olhos a quem leva uma vida de muito sacrifício, seja para sobreviver ou para ter condições de manter a sua família e criar seus filhos objetivando fazer deles cidadãos do futuro.

Sabemos que é muito pouco ainda, mas é preciso dar o primeiro passo. E essa tem sido nossa intenção. O agricultor com incentivos não achará no êxodo a válvula de escape. Queremos a sua continuidade no campo e uma melhor qualidade de vida a este que tem penado em sua atividade e pouco tem absorvido em termos de benefícios.

Deputado Clésio Salvaro (PFL)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)

1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose

Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos

assessores de bancadas

Revisão: Rubens Vargas

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi,

Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Xanxerê em festa na Assembléia

Na 14ª edição do projeto *Retratos de Santa Catarina*, Xanxerê, no Oeste do Estado, apresentou suas atividades na noite dessa terça-feira (18) na Galeria de Artes da Assembléia. O evento incluiu apresentação do coral do *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*, mini-teatro, grupos musicais, exposição do acervo fotográfico e de produtos agrícolas, obras de arte e uma prévia do que será a *Femi 2002 – Festa Estadual do Milho* que acontece de 28 de abril a 05 de maio do ano que vem. O objetivo da festa, que é realizada a cada dois anos, é divulgar Xanxerê como o maior produtor de milho de Santa Catarina. Mas o município também se destaca pela produção de trigo, feijão e soja, além da criação de aves e de suínos.

O presidente da Assembléia, Onofre Agostini (PFL), falou sobre o sucesso que o *Retratos de SC* vem obtendo desde sua primeira edição, mostrando um pouco de cada cidade catarinense – sua cultura, suas riquezas e o seu valor histórico no desenvolvimento do Estado.

O prefeito de Xanxerê, Avelino Menegolla (PFL), disse que esta foi a primeira vez que a prefeitura deixou a sede administrativa para expor parte do



(foto Jonas Lemos Campos)

Autoridades presentes à cerimônia que o município produz. “É um momento importante para o povo de Xanxerê e que ficará registrado na nossa história.”

Ultrapassando fronteiras - O Projeto *Retratos de Santa Catarina*, idealizado pelo presidente Agostini poderá ser implantado no Rio Grande do Sul. O Presidente daquela Assembléia está solicitando a presença de técnicos do Legislativo Catarinense na reunião da Mesa da AL gaúcha, na próxima semana, para exposição do projeto.

Obrigatoriedade de diagnóstico

O diagnóstico precoce de surdez em recém-nascidos será obrigatório e gratuito em todos os hospitais e maternidades públicos do Estado. O plenário derrubou veto ao projeto do deputado Onofre Agostini (PFL) e se o Governador não sancionar a lei em 48 horas o Presidente a promulgará.

O teste consiste na retirada de uma gota de sangue da orelha do recém-nascido para o diagnóstico precoce da surdez. Se constatado o problema logo nos primeiros dias de vida, as possibilidades de tratamento e até de reversão da deficiência serão maiores. O teste é indolor e o tratamento imediato evitará que o problema seja descoberto apenas quando as crianças chegarem à idade de falar.

Segundo Agostini, “o diagnóstico precoce vai facilitar o aprendizado das crianças, a integração à sociedade e, no futuro, no mercado de trabalho.”

Videoconferência

Diretamente do Plenarinho da Assembléia, o presidente Agostini participou na última terça-feira (18) da inauguração da sala de videoconferência da Assembléia do Espírito Santo, informando aos presidentes dos legislativos daquele estado, da Bahia e de Sergipe que o parlamento catarinense foi o primeiro a instalar seu site remoto, montado pelo Interlegis – Programa do Senado Federal que criou a rede de interligação dos legislativos municipais, estaduais e federais além dos Tribunais de Contas.

Destacou que a Assembléia mantém contato permanente com as Câmaras de Vereadores, visando à integração dos legislativos municipais ao sistema federal comandado pelo Senado. “Conectados com as leis nacionais e estaduais, os vereadores terão mais condições de atender às expectativas das comunidades que representam. Os 20 municípios pólo do Estado já aderiram ao programa e outros 63 estão em fase de adesão.”

Governador Garotinho na AL

(foto Jonas Lemos Campos)

Em visita ao presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), o governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho (PSB), reafirmou que será candidato à Presidência da República, apesar de contar com aprovação de cerca de 70% para a sua reeleição. Disse que vai disputar com Lula no segundo turno apoiado pelos partidos integrantes da aliança que o elegeu (PSB, PL, PC do B e PMDB).



Na Assembléia Garotinho foi ciceroneado por uma comitiva de deputados peemedebistas.

PLENÁRIO

Programas de educação para o trânsito

(foto Jonas Lemos Campos)

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) está propondo, através de projeto de lei, que os carros apreendidos pelo poder público sejam destinados às entidades não-governamentais que desenvolvam programas de educação para o trânsito. "Sem dúvida, pode-se verificar através dos imensos pátios que abrigam os veículos apreendidos que muitos deles estão em condições de transitar. Além disso, o acúmulo decorrente de apreensões não reclamadas acaba representando um amontoado considerável de recursos materiais que poderiam servir à comunidade", justifica o autor.

De acordo com a proposição, somente os veículos não



reclamados por seus proprietários, que estejam com o prazo de restituição vencido ou que possuam ônus superior ao preço de avaliação, poderão ser reaproveitados. O órgão autorizado pelo Executivo será responsável pelo

cadastro das entidades, avaliação do cumprimento dos requisitos para o alcance e manutenção do benefício previsto na lei. "A nossa proposta vai permitir que aquelas instituições que possuam projetos sociais e programas de educação para o trânsito possam pleitear a disposição desses automóveis a que se prestam", acrescenta.

Para usufruir do benefício, as entidades deverão apresentar documentos que comprovem sede em território catarinense, declaração de utilidade pública, pleno exercício nos últimos dois anos e que possuam programas voltados à educação no trânsito.

Idosos

Não é incomum uma pessoa idosa falecer e processos administrativos de concessão de pensão, reenquadramento de aposentadoria e pagamento de diferenças salariais encaminhados por ela continuarem tramitando junto a órgãos do governo do Estado. Por isso, o deputado Nelson Goetten (PPB) encaminhou projeto propondo prioridade de tramitação em processos de pessoas com mais de 65 anos de idade.

O projeto quer estender ao Executivo o mesmo direito dos idosos que já está garantido no Judiciário catarinense, mas não pretende interferir no mérito da decisão a ser tomada pela administração pública.

Assembléia vota pacote de vetos

Rejeitados

- Do deputado César Souza (PFL) ao projeto de lei que institui o dia cinco do mês de junho como o *Dia Estadual de Limpeza das Nascentes dos Rios, Córregos e Lagos*.
- Veto parcial ao projeto de lei do deputado Romildo Titon (PMDB), que reconhece o município de *Campos Novos como o Celeiro Catarinense*.
- Do deputado Altair Guidi (PPB) projeto determinando que as empresas de telefonia fixa do Estado ficam obrigadas a cobrar a assinatura mensal desde que permitam ao consumidor um desconto correspondente ao uso dos serviços.
- Do deputado Onofre Agostini (PFL) projeto que prevê o diagnóstico precoce de surdez em recém-nascidos.
- Do deputado Nilson Gonçalves (PSDB) projeto que cria o *Programa Catarinense de Incentivos à Realização de Mutirões para Diagnóstico e Cirurgia de Catarata*.
- Do deputado Adelor Vieira (PMDB) projeto que obriga a realização de testes de acuidade auditiva para os estudantes de 1º grau nas escolas da rede pública de ensino.
- Do deputado João Henrique Blasi (PMDB) projeto que institui o *Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas de Violência e a Testemunhas Ameaçadas em Santa Catarina* (Protege/SC).
- Também do deputado Blasi projeto denominado *Programa de Responsabilidade Social*, estabelecendo que governo mande à AL, anualmente, junto com a prestação de contas, relatórios dos atendimento ao menor carente, creches, habitação e outros.

Mantidos

- Do deputado Jaime Duarte (PPS) projeto sobre a contratação de empresas nos programas de incentivo do governo estadual.
- Do deputado João Henrique Blasi (PMDB) sobre a utilização de livros didáticos que deveriam ser mantidos por quatro anos.
- Veto parcial ao projeto de lei nº 298/00, de origem governamental, que trata da desvinculação dos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Pasep.
- Do deputado Afrânio Boppré (PT) ao projeto que estabelecia a obrigatoriedade do Executivo apresentar, via rede mundial de computadores, as receitas tributárias e execução orçamentária.
- Do deputado Sandro Tarzan (PTB) projeto que autorizava o Executivo a conceder bolsas de estudo de pós-graduação aos acadêmicos das fundações e universidades do Estado.
- Do deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao projeto que buscava a promoção dos vestibulares aos cursos de graduação realizados pela Udesc em datas coincidentes com os vestibulares da UFSC e ao que estabelecia prioridade na adoção de procedimentos decorrentes de conclusão de CPIs.
- Do deputado João Rosa (PTB) projeto que tornava obrigatório a fixação de placa indicativa nos imóveis e em ambientes onde vivam cães, informando a existência destes.
- Do deputado Jaime Duarte (PPS) ao projeto que padroniza a publicidade do governo do Estado e aos que instituem os programas *Popular Habitacional Rural e de Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino*.

PLENÁRIO

Telefones para Águas Mornas

O presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), está solicitando à Telesc Brasil Telecom/SC a ampliação do sistema de telefonia fixa e a implantação de uma central telefônica em Águas Mornas. O município tem seis mil habitantes e não tem sequer uma central telefônica, sendo que muitos telefones estão ligados ao município de Santo Amaro da Imperatriz, distante 15 quilômetros, o que torna os serviços de péssima qualidade.

Também a localidade de Vargem Grande, que fica a 11 quilômetros da sede, não possui uma única linha telefônica, apesar de manter 500 alunos na escola de ensino fundamental. "Um abaixo-assinado com 1200 assinaturas foi encaminhado à prefeitura, mas até agora não houve resposta", declarou Onofre.

Prevenção à toxoplasmose

Criar um programa de orientação pública destinado a prevenir a toxoplasmose foi a indicação feita pelo deputado João Rosa (PTB). A doença que é causada por um parasita encontrado principalmente na carne mal cozida e que também pode ser transmitida por gatos e pombos provoca deficiência visual, mental, auditiva e física, mas pode ser controlada e tratada se houver diagnóstico precoce. Somente num laboratório da Grande Florianópolis, de seis mil mulheres grávidas examinadas nos últimos seis meses, mil apresentavam a doença, que é transmitida de mãe para filho. "As autoridades estaduais precisam adotar medidas urgentes para prevenir essa doença", declarou Rosa.

Adidos agrícolas

A Assembléia, através de requerimento do deputado Rogério Mendonça (PMDB), está solicitando aos integrantes da bancada catarinense no Congresso Nacional a criação de adidos agrícolas nas embaixadas brasileiras.

Incentivos à geração de energia elétrica alternativa

Fomentar incentivos à geração de energia elétrica alternativa é a proposta do deputado Cesar Souza (PFL) ao dar entrada no projeto de lei que pretende proteger o meio ambiente, aumentando a eficácia, confiabilidade, produção e reduzindo custos para o consumidor.

Isto será feito através de incentivos ao aperfeiçoamento da tecnologia de produção, redução da carga tributária nas operações internas do ICMS incidente sobre a saída dos painéis fotovoltaicos e outros conversores de energia alternativa, promoção de campanhas de esclarecimento sobre as vantagens da energia alternativa e produção de energia alternativa ou de co-geração pela Celesc.

O projeto determina ainda que a execução das medidas citadas levará em



(foto Jonas Lemos Campos)

conta a relação custo-benefício para o Estado e para o consumidor. Além disso, as campanhas de esclarecimento terão conteúdo periódico e formas de realização definidas pelo órgão competente.

Estudo para a mulher agricultora

Ao Governador do Estado a deputada Ideli Salvatti (PT) solicita o estabelecimento de convênio com o Movimento de Mulheres Agricultoras para implantação do projeto piloto *Nenhuma mulher agricultora sem estudar*. O projeto deve ser iniciado com o curso de ensino fundamental com ca-

pacidade para 175 alunas e curso supletivo para 105 alunas podendo, segundo a parlamentar, ser o início de um programa mais amplo de ensino dirigido às mulheres do campo. A elaboração do projeto surgiu da constatação de que no Estado um grande número de agricultoras não puderam estudar.

Proteção leiteira

A crise enfrentada pelos produtores Ade leite do Estado, que protestam quanto ao baixo preço pago pelo litro do produto pelas indústrias (cerca de R\$ 0,15), levou o deputado Herneus de Nadal (PMDB) a solicitar ao governo do Estado proteção à atividade que, segundo ele, está ameaçada de falência.

O produto chega ao consumidor ao preço médio de R\$ 1,20 – oito vezes o valor pago ao produtor -, que fez investimentos em ordenhadeiras, resfriadores e pastagens, e agora não consegue nem mesmo pagar as despesas com alimentação e energia elétrica.

Segundo o parlamentar, os adidos agrícolas terão atribuições institucionais de grande relevância, como disponibilizar ajuda em problemas alfandegários, formalizar relatórios sobre oportunidades comerciais para produtos nacionais, aconselhar o empresariado sobre a melhor forma de exportar, publicar boletim apresentando produtos brasileiros e providenciar

apoio, assistência e supervisão a organizações e grupos que desenvolvam ações comerciais ou promocionais.

"Essa é uma aspiração antiga de empresários catarinenses e brasileiros e vamos unir esforços com nossos representantes em Brasília para concretizá-la", justifica.

PLENÁRIO

Bolsa de estudo para professores

(foto Solon Soares)

Tendo em vista a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* dispondo que até o fim da *Década da Educação*, que termina em 2007, só poderão exercer atividades docentes os professores que tiverem cursado faculdade, a deputada Odete de Jesus (PL) apresentou projeto que possibilita incentivo a empresas que financiarem bolsas de estudo aos professores que necessitam completar a formação pedagógica.

“Na área da educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental um grande número de professores tem formação apenas na habilitação para o magistério. Contam

com vencimentos modestos, que não lhes possibilitam meios para pagar um curso de graduação como exige a lei e, se não forem estabelecidos incentivos e formas de apoio, o ensino fundamental terá sérios prejuízos a partir de 2007”, justifica a parlamentar.

Conforme a proposta as empresas poderão, em contrapartida ao financiamento dos estudos dos professores, exigir dos beneficiários a prestação de serviço para implementação de projetos de alfabetização ou de aperfeiçoamento de seus empregados, bem como outras atividades compatíveis com sua formação profissional.

Desta forma, as empresas



terão oportunidade de se desincumbirem de sua função social, e o Estado não ficará ausente na missão de assegurar o andamento do ensino fundamental, sem prejudicar docentes que há longo tempo dedicam sua vida à educação.

Gás natural para veículos

Atendendo a pedidos da população de Joinville, o deputado Francisco de Assis (PT) encaminhou à Companhia de Gás de Santa Catarina (SC/Gás) a ampliação da rede até os postos de combustível do município. Segundo Assis, já existem oficinas mecânicas especializadas na conversão dos motores tradicionais para o sistema Gás Natural Veicular, e também postos de combustível com investimentos para o abastecimento, que representa economia para o consumidor por ser mais barato que os combustíveis convencionais.

Credenciamentos

A necessidade de realização de cirurgias cardíacas em Criciúma é a justificativa da indicação que o deputado Ronaldo Benedet (PMDB) fez ao governo do Estado e à Secretaria da Saúde.

Para tanto, solicita com urgência o credenciamento dos hospitais São José e São João Batista justificando que muitas mortes têm ocorrido naquela região por falta de condições para a realização desses procedimentos cirúrgicos.

Trânsito

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) está sugerindo ao Governador que encaminhe a Assembléia projeto de lei concedendo desconto do IPVA ao motorista proprietário que não cometer infração no trânsito no ano imediatamente anterior ao da concessão do benefício. A iniciativa objetiva fundamentalmente incentivar o motorista a respeitar as normas de trânsito e praticar a direção defensiva, respeitando a sua vida e a de terceiros, servindo ainda de estímulo para os demais.

Bingos

Em repúdio à Caixa Econômica Federal que fechou as casas de bingo no Estado, o deputado Gilmar Knaesel (PPB) encaminhou indicação à CEF e ao Ministério da Justiça, onde afirma que o Estado vai recorrer aos meios judiciais para ver restabelecida a lei estadual 11.348/2000, que autoriza essa modalidade lotérica em Santa Catarina. “Se existem dúvidas quanto à competência dos estados federados legislarem sobre essa matéria, o caminho deveria ser o Poder Judiciário, e não uma ação de força como foi realizado”, enfatizou.

Aguiar fala sobre a bracatinga

O deputado Antonio Aguiar (PFL) tem demonstrado indignação quanto à resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que permite o uso da bracatinga no Paraná e Rio Grande do Sul, e outra que proíbe o seu uso em Santa Catarina. Anunciou que no próximo dia 27 os membros da Comissão de Agricultura estarão em Brasília para pressionar o Conama a rever sua posição.

“Precisamos desmistificar o uso da bracatinga, uma vez que existem discrepâncias em

relação ao seu uso. O seu manejo é tão antigo no Vale do Itajaí e no Planalto Norte quanto a prática da agricultura e pecuária nestas regiões, pois a floresta se caracteriza por ser uma espécie de rápido crescimento.

Em relação ao Rio Grande do Sul, a bracatinga é enquadrada no estágio médio de regeneração. “O que surpreende é que, para as mesmas condições edafoclimáticas, temos definições completamente diferentes. São dois pesos, duas medidas”, concluiu o parlamentar.

Fechamento de hospital

Através de indicação do deputado Adelor Vieira (PMDB) foram solicitadas providências à Secretaria da Saúde no sentido de impedir o fechamento do Hospital Sagrado Coração de Jesus, em Massaranduba. A instituição, que já está descredenciada do SUS, encerra suas atividades em outubro do ano que vem. O parlamentar lembra que com o fechamento a população local ficará sem assistência hospitalar, obrigando ao deslocamento dos enfermos para as cidades mais próximas.

ESPECIAL

Dom Eusébio Scheid é homenageado em Sessão Solene

Padres, seminaristas, representantes pastorais e outras pessoas ligadas a movimentos religiosos estiveram presentes na última sexta-feira (14), na homenagem a Dom Eusébio Scheid, arcebispo de Florianópolis que no dia 22 de setembro assume o lugar do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales. A cerimônia foi solicitada pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), conhecedor da carreira deste catarinense de Luzerna, nascido em 1932, ordenado sacerdote em Roma em 1960, tendo concluído naquela cidade os cursos de licenciatura, pós-graduação e doutorado em Teologia.

Dom Eusébio exerce as funções de professor, diretor e reitor de seminários,

institutos e universidades, tendo sido em 1981 escolhido pelo Papa como o 1º Bispo Diocesano de São José dos Campos (SP), trabalhando dez anos na formação de seminaristas e de diáconos permanentes e na Pastoral Familiar das Dioceses do estado de São Paulo.

O parlamentar destacou que, ao tomar posse como arcebispo de Florianópolis, o homenageado deu continuidade ao trabalho das vocações atuando na construção do Seminário de Teologia Convívio Emaús, na Capital, e Seminário de Filosofia Edith Stein, em Barreiros, São José.



(foto Alberto Neves)

Deputado Mello e Dom Eusébio

Tradicionalismo gaúcho

Durante sessão solene ocorrida nessa segunda-feira (17), o Plenário recebeu homens e mulheres de várias regiões do Estado, adeptos do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), que foram homenageados através de requerimento do deputado Jaime Mantelli (PDT). Também compareceram à sessão os deputados Manoel Mota (PMDB), Sandro Tarzan (PTB) e Ivan Ranzolin (PPB).

Em seu pronunciamento, Mantelli lembrou que é preciso valorizar todos os movimentos que fizeram parte da cultura do Sul do país desde a sua colonização, entre eles o gaúcho. Ressaltou também que o movimento ficou conhecido a partir da Revolução Farroupilha, deflagrada há 166 anos, completados no dia 17 e que demonstrava o descontentamento do Rio Grande do Sul nas questões sócio-econômicas em relação ao restante do Brasil. O movimento acabou se estendendo também para Santa Catarina.

Segundo Mantelli, o tradicionalismo gaúcho passa de geração em geração, mantendo a fidelidade de cultivar sua história. "Em Santa Catarina existem hoje 63 mil integrantes do MTG espalhados em 15 regiões e é para essas pessoas que prestamos nossa homenagem".



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Mantelli e líder tradicionalista

Como presidente da *Regional Sul 4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)*, de 1994 a 1998, inaugurou o *Instituto Social João Paulo II*, cumprindo a promessa feita ao Papa de oferecer à arquidiocese um centro que favorecesse o estudo da doutrina social da Igreja.

Para Jorginho, seguir o exemplo de vida e obra de Dom Eusébio Scheid é uma forma de cumprir a missão deixada por Deus e lutar para amenizar as mazelas incrustadas em nossa sociedade.

Agenda

Dia 24, às 14 horas – Apresentação do diagnóstico do trabalho da Comissão Especial de Ciência, Tecnologia e Inovação

Local: Plenário

Dia 24, às 16h30min. – Sessão solene *in memoriam* do centenário de nascimento de Waldemar Grubba

Local: Plenário

Dia 24, às 19 horas – Sessão solene em homenagem aos 110 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Local: Plenário

Dia 25, às 8 horas - Instalação da CPI do Leite

Local: Sala das Comissões

Dia 25, às 18 horas - Exposição de cerâmicas e esculturas de Otto Schumacher

Local: Galeria de Artes

Dia 26, às 10 horas – Audiência pública da Comissão de Saúde para discutir projeto de lei que tramita no Congresso Nacional

Local: Plenarinho

Dia 27, às 19 horas – Sessão solene para entrega oficial da lei que reconhece Capinzal como a Capital Catarinense do Chester

Local: Centro Comunitário Prefeito Celso Farina - Capinzal